

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional  
Período de Análise: dezembro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rura

## Índice

Mais Alimentos reestrutura propriedades da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 04/12/2009 .....	3
A FAO e Copenhague – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/12/2009 .....	4
Alimentos pressionam e IPCA sobe 0,41% - Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia – 10/12/2009 .....	5
Cúpula de Copenhague ignora segurança alimentar, diz FAO – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 11/12/2009 .....	6
Com fome não haverá um futuro sustentável - José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 16/12/2009 .....	7
Ministério do Desenvolvimento Social investiu R\$ 720 milhões em ações de segurança alimentar e nutricional – Sítio eletrônico do MDS – 30/12/2009 .....	8

**Mais Alimentos reestrutura propriedades da agricultura familiar** – Sítio Eletrônico do MDA - 04/12/2009

A Comissão Organizadora do II Salão Nacional dos Territórios Rurais divulgou, no último dia 7, as 145 Boas Práticas Territoriais que estarão no encontro que reunirá iniciativas de apoio a agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável do meio rural brasileiro, entre 22 e 25 de março, em Brasília (DF). Dentre as iniciativas contempladas na seleção, 74,5% estão vinculadas a 108 Territórios Rurais apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Desde a abertura das inscrições, em outubro do ano passado, foram inscritas 394 experiências de 157 Territórios Rurais. Todos os estados, mais o Distrito Federal, enviaram suas boas práticas. "O resultado foi positivo, pois demonstrou entusiasmo dos atores sociais dos territórios em dar visibilidade às suas ações", avaliou Berenice Silva, membro da Comissão Organizadora do II Salão.

Na primeira edição do evento, em 2006, 90 Boas Práticas Territoriais foram apresentadas. "Esse número também foi considerado alto, pois foi durante a fase inicial da estratégia de desenvolvimento territorial no Brasil", afirmou Berenice Silva.

A escolha das boas práticas para esta segunda edição foi feita por 27 especialistas em desenvolvimento rural convidados para compor a Comissão de Seleção, que avaliaram as experiências realizadas nas áreas de Fortalecimento da Gestão Social, e das Redes Sociais de Cooperação, Dinamização Econômica, Articulação de Políticas Públicas, Sustentabilidade Ambiental, Comunicação e Informação, Cultura e Identidade e Segurança Alimentar.

O secretário da SDT/MDA, Humberto Oliveira, destacou o papel desempenhado pelos especialistas, "que conduziram de forma transparente o processo seletivo, buscando experiências que pudessem ser aplicadas em outros territórios visando o desenvolvimento sustentável no Brasil Rural".

Para valorizar as propostas apresentadas pelos territórios, a Comissão do II Salão definiu que, além das 145 Boas Práticas Territoriais escolhidas para se apresentar no II Salão, as outras 249 experiências territoriais inscritas e que não atenderam ao conjunto de critérios estabelecidos na Chamada Pública também vão ganhar visibilidade no evento.

"Se elas foram definidas pelo público dos territórios, certamente existe uma prática inovadora e nós queremos publicar todas", garantiu Oliveira. De acordo com ele, todas elas serão organizadas em um catálogo de Boas Práticas Territoriais que será disponibilizado no II Salão e servirá de divulgação para a ação de governo em futuros eventos nacionais e internacionais.

Veja em anexo a lista completa das Boas Práticas selecionadas.

QUANDO VAI chegando o fim do ano, acontece algo que é absolutamente invariável: pessoas, instituições, ONGs, governos, empresas -enfim, todos os tipos de organização- fazem balanços do exercício findante, projeções e projetos para os próximos. Neste 2009, particularmente, tal atitude é ainda mais presente em razão da crise financeira que sacudiu o mundo a partir de meados do ano passado e que vai passando... Depois da tempestade, vem a bonança, diziam os antigos. Será? Enquanto nos próximos dias a COP-15 discute em Copenhague qual será o futuro das emissões de gases de efeito estufa, com reflexos evidentes sobre a atividade agropecuária planetária, outros organismos internacionais cuidam de definir os mecanismos a adotar em todas as regiões do globo para reduzir o número de pessoas famintas.

Há quase uma década a FAO convocou os países agrícolas a se empenharem num vigoroso programa de combate à fome com o objetivo de reduzir, em 15 anos, o número de desnutridos, então contados em 800 milhões, para a metade. No recente evento organizado pela mesma instituição, em Roma, ficou claro que o número atual de famintos passa de 1 bilhão, isto é, a FAO não conseguiu, malgrado seus bons propósitos, que os países seguissem as diretrizes por ela estabelecidas, de modo que o número não só não diminuiu como aumentou! Agora, com o mesmo objetivo, de novo se movimentou a organização da agricultura e alimentação das Nações Unidas, num evento importante, ao qual não faltaram nem o diretor-geral da ONU nem mesmo o sumo pontífice, para não falar das presenças de dezenas de chefes de Estado, entre os quais o presidente Lula. Todos contra a fome... De novo foram ouvidos discursos excelentes, recheados de preocupação diante do próprio futuro da paz universal, considerada sob risco dada a imensa quantidade de pessoas mal alimentadas e, portanto, infelizes. E, de novo, foram tratados todos os temas superconhecidos para a sustentabilidade das cadeias produtivas: tecnologia, infraestrutura, crédito, apoio ao pequeno produtor rural, insumos adequados, organização dos mercados, logística, redução de desperdício, qualidade dos alimentos, eletrificação rural, suprimento de água, agregação de valor, parcerias, extensão rural, redução das barreiras tarifárias e dos mecanismos que distorcem os mercados, treinamento, organização dos produtores, e assim por diante. Tudo falado e discutido milhões de vezes, há décadas. Mas há duas coisas essenciais para a real sustentabilidade da segurança alimentar: o produtor precisa ter renda para seguir na atividade, e o consumidor precisa ter renda para comprar os alimentos. Os itens relacionados acima devem servir a essas duas chaves.

No primeiro caso -renda do produtor-, o seguro agrícola é essencial; no segundo caso -renda do consumidor-, é preciso investimento para criar mais empregos dignos com remuneração idem. E, até que isso se consolide, programas sociais como o Bolsa Família são uma boa alternativa intermediária, não permanente. Em ambas as pontas a ação articulada entre o público e o privado é essencial: sem programas consistentes de governos e sem o engajamento das empresas, daqui a dez anos vamos lamentar de novo a incapacidade da FAO de impor ao mundo seus bem elaborados projetos.

**ROBERTO RODRIGUES**, 67, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

[rr.ceres@uol.com.br](mailto:rr.ceres@uol.com.br)

**Alimentos pressionam e IPCA sobe 0,41%** - Jacqueline Farid – Estado de São Paulo – Economia – 10/12/2009

A pressão dos reajustes nos alimentos levou a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a subir para 0,41% em novembro, em comparação ao mês anterior, segundo o IBGE. A taxa foi a maior apurada para um mês de novembro desde 2005, mas a alta é considerada pontual e foi recebida com tranquilidade por analistas econômicos. No ano, o índice acumulou variação de 3,93% e em 12 meses, de 4,22%.

O centro da meta de inflação definida pelo Banco Central para 2009 é de 4,5%. A coordenadora de índices de preços do IBGE, Eulina Nunes dos Santos, salientou que, em novembro, a taxa em 12 meses voltou a subir – em outubro tinha chegado a 4,17% –, o que não ocorria desde março, mas avalia que a pequena aceleração não configura uma tendência para o indicador. Ela afirmou que são poucas as pressões já conhecidas para o IPCA de dezembro. “Anos over, a inflação elevada em novembro é pontual e não está associada a uma piora do cenário de inflação”, afirma o analista da Tendências Consultoria, Gian Barbosa, que mantém a projeção de IPCA de 4,2% em 2009.

Para o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Luís Otávio de Souza Leal, a alta no índice de novembro foi puxada por fatores pontuais e já esperados, como os aumentos em alguns itens do grupo dos alimentos.

“Não vejo esse número como sendo uma prova de que estamos tendo uma aceleração da inflação. Acredito que continua avisando de que a inflação corrente não é um problema para o Banco Central”, disse ele, que espera uma taxa de 4,35% para o IPCA anual. O aumento na inflação de um mês para o outro também não mudou a projeção do economista da Rosenberg & Associados Francis Kinder para a inflação em 2009, que se mantém em 4,40%. Ele atribui a aceleração do IPCA à alta dos produtos alimentícios.

Em novembro, os alimentos registraram aumento de 0,58%, revertendo queda de 0,09% registrada em outubro.

Os produtos alimentícios contribuíram, sozinhos, com 0,13 ponto porcentual, ou quase a metade da inflação do mês. A maior alta nesse grupo foi registrada na batata-inglesa, com aumento de 26,06%, seguida da cebola (11,43%) e da cenoura (5,74%). Eulina explica que esses produtos são muito influenciados por fatores sazonais e o clima adverso prejudicou a recente safra.

No caso do óleo de soja (4,43%), outra pressão importante sobre a taxa, ela atribui a alta ao aumento da demanda pelo produto, por causa da obrigatoriedade de aumento da mistura no biodiesel, de 3% para 5%, a partir de janeiro.

Outro produto cuja alta foi atribuída à maior demanda, no caso fora do grupo dos alimentos, é a passagem aérea, com reajuste de 18,03% no mês, que Eulina acredita ter relação com a proximidade da temporada de férias. Houve alta, também, no álcool combustível (4,61%) e na gasolina (0,85%).

## DA ENVIADA A COPENHAGUE

O diretor-geral da FAO (agência da ONU para agricultura e alimentação) exortou ontem a conferência do clima em Copenhague a incluir a segurança alimentar na agenda. Para Jacques Diouf, isso produziria um círculo virtuoso de redução de emissões e preservação das atividades agrícolas. A cada vez mais enxuta agenda da cúpula deixou praticamente de fora a questão da falta de comida, um dos temas mais caros no aquecimento global. Dessa forma, seria possível "promover a adaptação que é crucial à segurança alimentar e fazer uma contribuição significativa em mitigação [dos gases-estufa]", disse ontem Diouf em evento paralelo à cúpula. O diretor-geral da FAO argumenta que isso é essencial, pois 14% das emissões de gás carbônico saem da agropecuária. Por ora, pouco países falam em mencioná-la na declaração final. Fontes envolvidas no debate dizem que casar segurança alimentar, mudança climática e comércio deveria ser óbvio, mas pouco esforço tem sido feito até agora nessa direção. No máximo, têm-se observado investidas retóricas. A própria FAO tem dificuldade para estimar o quanto seria necessário gastar com a mitigação por meio da agricultura no mundo e quanto poderia ser economizado com isso, ou quantas pessoas poderiam se beneficiar -a agência coloca em 1 bilhão o número de pessoas que passam fome. Peter Holmgren, diretor para a divisão de ambiente, clima e bioenergia afirmou à **Folha** que está em debate uma extensão do mecanismo de Redd (redução de emissões por desmatamento e degradação florestal) para ações agrícolas. Mas tudo é ainda incipiente, e, apesar de mecanismos financeiros para o Redd estarem já avançados, a agricultura é questão mais delicada -que adentra a agenda comercial e a questão dos subsídios dos países desenvolvidos, sobretudo dos EUA, a seus produtores.

### **Plantio**

### **ecológico**

Um estudo lançado ontem pela agência da ONU propõe a adoção de medidas simples, como cobrir a terra entre períodos de plantio, para reduzir a emissão de gases-estufa. A agência da ONU criou um programa estimado em US\$ 60 milhões amparado em doações múltiplas a fim de promover a agricultura sustentável e de baixa emissão em países em desenvolvimento. A ideia é investir em treinamento, monitoramento, prestação de contas e verificação. Mas, por ora, apenas o governo da Finlândia ofereceu US\$ 3,9 milhões para serem usados em 2010. A economista ambiental Leslie Lipper, que já trabalhou no Brasil, diz que o país -sobretudo o Nordeste- seria o local ideal para colocar em campo as conclusões do estudo. "É uma nação que tem toda a expertise técnica, experiência na questão do Redd e ao mesmo tempo têm muita carência, sobretudo entre os pequenos agricultores", afirma a pesquisadora. (LC)

A sociedade não pode mais negligenciar: enquanto houver fome não haverá futuro sustentável

Quando se coloca na balança uma criança subnutrida, o que está sendo pesado na verdade não é apenas um organismo enfraquecido, mas a síntese de uma lógica tão nefasta quanto a que derruba florestas, sopra destruição e exclui a possibilidade de vida digna a bilhões de pessoas em todo o mundo. A consciência do século XXI não pode mais negligenciar que, enquanto houver fome no mundo, não haverá futuro sustentável.

Nada que se confunda com a produção sistemática de excluídos resultará em equilíbrio duradouro. As respostas aos desafios que ameaçam a humanidade não podem mais repetir o enfoque segmentado predominante no padrão de desenvolvimento do século XX que nos deixou como legado impasses sociais e ambientais. Elas dependem, necessariamente, do diálogo entre as demandas sociais, econômicas e ambientais.

A mudança climática atinge populações pobres, institucionalmente desamparadas e com menor capacidade de reagir a eventos desestabilizadores. Enquadram-se aí, por exemplo, os contingentes excluídos do mercado e os pequenos produtores rurais. Em quase todas as regiões do mundo, populações encurraladas pela fome e a pobreza ocupam áreas de risco e figuram entre as principais vítimas de desastres ambientais acentuados por fenômenos como o El Niño e La Niña.

A mudança climática também aumenta a intensidade e imprevisibilidade de desastres climáticos. As consequências já são visíveis, por exemplo, no aumento do custo de seguros agrícolas e na escassez de água que afeta algumas regiões do mundo e se torna a principal limitante à expansão agrícola. Ademais, a incerteza relacionada ao clima contribui para a volatilidade dos preços dos alimentos.

Para 2050, a FAO prevê que a produção agrícola dos países em desenvolvimento caia entre 9% e 21% por conta do aquecimento global.

Mesmo um aumento relativamente pequeno da temperatura média global pode ter impactos significativos na segurança alimentar mundial porque causaria uma queda de produtividade e inutilizaria até 110 milhões de hectares de terra, principalmente nas zonas mais próximas à linha do Equador, onde estão a maioria dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, a população mundial cresce o equivalente a uma Etiópia por ano (80 milhões de pessoas). Em 2050, a humanidade somará 9 bilhões de bocas. Para garantir seu abastecimento, a FAO prevê a necessidade de se agregar uma Austrália agrícola à oferta mundial de alimentos a cada ano. Não há, portanto, nenhum malthusianismo em reconhecer que a mudança climática pode ameaçar a segurança alimentar.

No entanto, há terra suficiente, bem como tecnologia e conhecimento disponíveis para aumentar a produção e alimentar todos os habitantes do planeta hoje. E será possível alimentar a população mundial em 2050 praticamente sem expandir a fronteira agrícola: a FAO estima que 90% do aumento da produção necessária para alimentar o mundo em 2050 virá de ganhos de produtividade e apenas 10% do aumento da área plantada.

O que falta são recursos e decisão política que permitam aproveitar o potencial disponível. Isso reafirma a urgência de uma ação articulada para vencer a fome e o desequilíbrio ambiental conjuntamente.

Assim como Copenhague pode inaugurar um novo ciclo em relação aos objetivos de mitigar a mudança climática, a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar realizada na FAO, em novembro, sugere um ponto de inflexão no caso da luta contra a fome.

O que se esgotou neste caso talvez tenha sido algo até maior. Desde os anos 80, os governos, sobretudo dos países em desenvolvimento, foram instados pela agenda do Estado mínimo a transferir a responsabilidade pelo abastecimento doméstico de alimentos às tradings internacionais, que providenciariam oferta just in time a um custo inferior ao carregamento de estoques e ao fomento local.

Políticas de desenvolvimento rural, em especial as destinadas aos pequenos produtores, foram desmontadas. Estoques de emergência de alimentos murcharam. A parcela da ajuda internacional ao desenvolvimento agrícola regrediu de 17% nos anos 80 a menos de 5% atualmente. Num mundo de oferta abundante e mercados obsequiosos, que sentido haveria em destinar recursos fiscais escassos a agricultores pobres?

A resposta veio na forma de desastre. A explosão dos preços da comida em 2008 acrescentaram um recorde sombrio à contagem dos famintos, que saltaram de 873 milhões para mais de um bilhão nos últimos dois anos.

As Metas do Milênio ficaram ainda mais distantes e a ajuda internacional, insuficiente. Diante da emergência, a resposta da reunião de Roma foi clara: é hora de reforçar o pé de apoio desenvolvimentista que compõe a estratégia de duas vias proposta pela FAO contra a fome.

A responsabilidade decisiva pela segurança alimentar deve ser reassumida pelos governos dos países em desenvolvimento. Estratégias de combate à fome e à pobreza não podem ser impostas de fora; precisam ser construídas a partir de diálogos nacionais com o apoio da comunidade internacional, quando necessário.

Nações ricas continuarão sendo pressionadas a destinar 0,7% do PIB à ajuda internacional, garantindo-se ao fomento agrícola uma fatia equivalente à dos anos 80. No entanto, nenhum outro protagonista que não os próprios governos pode preencher o duplo vazio gerado pela crise mundial: o vazio deixado pelo mito da autorregulação dos mercados e o vazio aberto pelas fraudadas expectativas na solidariedade internacional como bote de salvação para um bilhão e cem milhões de famintos.

Em 31 de dezembro de 2009, 28% das crianças dos países pobres dormirão da mesma forma que despertaram no primeiro dia do ano: enredadas na teia asfíxiante de um mal que tem cura. A fricção entre o possível e o impossível no caso da fome e do ambiente argui a inércia da política e convoca a energia transformadora da sociedade para coordenar respostas que Copenhague e Roma demonstram fazer parte de uma agenda indivisível: a civilização sustentável.

### **Ministério do Desenvolvimento Social investiu R\$ 720 milhões em ações de segurança alimentar e nutricional – Sítio eletrônico do MDS – 30/12/2009**

O Brasil conseguiu reduzir a desnutrição infantil em 73% e a mortalidade infantil em 45% nos últimos seis anos. Por esse motivo, foi considerado pela organização não governamental Action Aid país líder no combate à fome, neste ano. O



Brasil obteve o primeiro lugar entre as 29 nações em desenvolvimento avaliadas por uma pesquisa da Action Aid envolvendo iniciativas de combate à fome.

O ano de 2009 consolidou – como mostra a pesquisa internacional – os diversos programas e ações de segurança alimentar e nutricional desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Em visita ao Brasil, no mês de outubro, o relator especial da ONU para Direito à Alimentação, Olivier de Schutter, que aqui esteve para avaliar a realização progressiva do direito à alimentação adequada no país, afirmou que o Brasil avançou muito na questão. O relatório final de Schutter será submetido ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e divulgado em 2010.

Para o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Crispim Moreira, essas avaliações mostram o sucesso dos programas. “Este ano foi duplamente satisfatório. De um lado, a vida das pessoas melhorando e a gente cumprindo com o nosso dever, que é garantir direito humano à alimentação às famílias brasileiras. De outro, o reconhecimento de uma estratégia pública, prioridade política, de programas transformadores”.

As ações de combate à fome e de promoção do direito humano à alimentação adequada pode ser comprovada pelo aumento dos recursos da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) em 2009, que foi de R\$ 720 milhões, enquanto em 2008 foi de R\$ 618 milhões. Parte desses recursos foram destinados aos Municípios e governos estaduais que participaram dos 13 editais públicos que selecionaram as melhores propostas para a implantação de programas do MDS de segurança alimentar e nutricional. Moreira destaca que a procura foi grande. “Só para ter idéia, o edital para a implantação de Cozinha Comunitária teve 450 propostas inscritas. Ele disponibilizava até R\$ 350 mil para cada proposta.

Com esses editais, serão implantados mais 18 Restaurantes Populares em todo o País, 80 Cozinhas Comunitárias e 27 Bancos de Alimentos, que possibilitarão oferecer cerca de 180 mil refeições, por dia, à população mais vulnerável. A SESAN também ampliou as ações do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) em 2009. Foram disponibilizados R\$ 478 milhões em todo o Brasil. Desse total, R\$ 273 milhões foram destinados à CONAB para a operacionalização do programa em todos os Estados brasileiros. Ainda, por meio de convênios, foram destinados R\$ 31,8 milhões para as Prefeituras e R\$ 173,6 milhões para os governos estaduais, incluídos os Estados do Semiárido que executam o PAA Leite, também conhecido como Leite Fome Zero.

Atualmente, o PAA compra alimentos de mais de 140 mil agricultores familiares para abastecer mais de 80 mil entidades de assistência social e rede de equipamentos públicos.

Para assegurar o direito à água no Semiárido, foram investidos R\$ 57 milhões; Esse investimento permitiu a construção de 33 mil cisternas para a captação de água das chuvas nos domicílios das famílias em situação de pobreza naquela região. Também foram liberados mais R\$ 25 milhões para construção de cisternas destinadas ao armazenamento de água para a autoprodução de alimentos para o consumo das famílias. A execução do Programa de Cisternas se dá em parceria com as organizações da

sociedade civil, Estados e Municípios do Semiárido brasileiro.

Destacam-se ainda os programas de Educação Alimentar, Agricultura Urbana e Perirubana, Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais.

**Investimentos** – Ainda em 2009, os produtores beneficiados com o Leite Fome Zero começaram a receber os Centros Comunitários de Produção (CCP) - tanques de resfriamento com a capacidade para 2 mil litros. Os centros têm o objetivo de armazenar o leite dos produtores, que não têm como resfriar o produto para levar as usinas. A primeira unidade foi inaugurada em outubro em Tauá (CE). No total, serão instalados, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, 355 tanques em todos os Estados atendidos pelo programa.

“A ação é fundamental para estimular o associativismo e agregação de valor. Ao instalarmos os Centros Comunitários de Produção, estamos transferindo renda para a agricultura familiar. Dessa forma, estimulamos a economia rural camponesa baseada na pequena bovinocultura e caprinocultura leiteira”, explica o secretário Crispim Moreira, acrescentando que o PAA Leite cumpre outra finalidade que é alimentar 3 milhões de crianças, mães gestantes e nutrízes em todo o Semiárido.

*Dimas Ximenes*

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Apoio**



**actionaid**



**nead**

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

